

Apontamentos sobre a emergência de decolonizar o Jornalismo

Jorge Kanehide Ijuim¹

Resumo

Os modelos jornalísticos em prática em nosso país comportam heranças da racionalidade moderna, com suas elaborações que lhe são caras como verdade, neutralidade, imparcialidade e objetividade. Tais modelos incorporam uma visão eurocêntrica/nortecêntrica não apenas nas técnicas, como também nos aspectos éticos e estéticos. Neste artigo, de caráter ensaístico, trago ao debate a emergência de decolonizar o Jornalismo e, para tanto, proponho os seguintes pontos de discussão: 1) a colonização e a colonialidade da América com a imposição de mecanismos de ser, de saber e de poder; 2) as implicações da colonialidade no pensar e no fazer jornalísticos, que carregam estigmas, reforçam preconceitos, que desumanizam o Jornalismo; e 3) algumas possibilidades para a decolonização do Jornalismo. A construção de argumentações para este trabalho partem de uma revisão bibliográfica, do Jornalismo e dos estudos decoloniais, e observação crítica de coberturas dos meios de comunicação.

Palavras-chave: Jornalismo. Estudos decoloniais. Humanização.

76

Notes on the emergence of decolonizing Journalism

Abstract

The journalistic models practiced in our country encompass legacies of modern rationality, with its esteemed principles such as truth, neutrality, impartiality, and objectivity. These models not only incorporate Eurocentric/Northcentric techniques but also reflect ethical and aesthetic aspects influenced by such perspectives. This essay aims to contribute to the scholarly discourse on the emergence of decolonizing Journalism by proposing the following points of discussion: 1) the colonization and coloniality of America, involving the imposition of mechanisms of existence, knowledge, and power; 2) the implications of coloniality on journalistic thinking and practice, which perpetuate stigmas, reinforce prejudices, and dehumanize Journalism; and 3) potential avenues for the decolonization of Journalism. The construction of arguments in this paper is based on a bibliographic review of Journalism and decolonial studies, as well as critical observations of media coverage.

Keywords: Journalism. Decolonial studies. Humanization.

¹ Jornalista, doutorado em Ciências da Comunicação/Jornalismo pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP), pós-doutorado em Jornalismo pela Universidade de Coimbra/PT, professor aposentado/voluntário do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGJor/USC).

Introdução — textos e contextos

Episódio 1 - Homem negro é espancado até a morte em supermercado do grupo Carrefour em Porto Alegre – G1 RS 20/11/2020²

Episódio 2 - PMs são afastados após policial pisar em pescoço de mulher negra em SP - Bom Dia Brasil – 13/07/2020³

O que estes episódios sinalizam? Racismo estrutural, naturalização da violência, desigualdade social, controle social, abuso de autoridade, direitos humanos. São múltiplas as possibilidades de análise destes casos. Em minhas pesquisas recentes tenho me dedicado a compreender as relações entre Jornalismo e Direitos Humanos, com especial atenção aos conflitos sociais causados pelo desrespeito à dignidade humana às populações minorizadas, como os povos originários, negros, pessoas em situação de rua. Também são minhas preocupações as tensões causadas pelas violações de direitos, como a violência contra a mulher, à criança e ao adolescente, às pessoas LGBTQIAP+.

Ao analisar coberturas jornalísticas de tantos casos, está cada vez mais evidente que a humanização do Jornalismo tem uma dependência crucial: Para humanizar o Jornalismo, há que se humanizar o jornalista. Tratar desta problemática consiste num grande desafio:

- Como pensa um jornalista? Como lê uma pauta? O que se leva em conta no trabalho de apuração, escolha de fontes, seleção de dados, argumentos, para então redigir?
- Que modelos jornalísticos são mais recorrentes em sua práxis? Tem consciência sobre modelos, políticas, linhas editoriais? A que ou a quem serve?
- Qual sua percepção sobre cidadania e Direitos Humanos?
- Em que medida um paradigma colonial (e colonizador) ainda pesa em nossa sociedade e, por consequência, em nossos fazeres?
- Há alternativas para um jornalismo decolonizado e humanizador?

² G1. "Homem negro é espancado até a morte em supermercado do grupo Carrefour em Porto Alegre". G1. Publicado em 20 de novembro de 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3NGANtw>. Acesso em: 2 jun. 2023.

³ Globo Play. PMs são afastados após policial pisar em pescoço de mulher negra em SP. Globo Play. Publicado em 13 de julho de 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3NGIHDm>. Acesso em: 21 jun. 2023.

Algumas dessas inquietações permeiam o presente texto. Parto da suspeita de que as heranças eurocêntricas/nortecêntricas⁴ têm determinado uma forma de pensar colonizada e, por consequência, uma prática apreendida do colonizador. Ao concordar com Alberto Dines (2009), a imprensa é fatia do mesmo bolo social que ela serve e, por isso, reflete o pensamento de expressiva parcela desta sociedade. Assim, muitos de seus profissionais pensam e atuam por esse mesmo paradigma. Cabe, por isso mesmo, uma atitude de desconstrução para a melhor reflexão.

A descoberta da América

Em *A conquista da América* (TODOROV, 1999), o pensador búlgaro-francês Tzvetan Todorov discute sua noção de alteridade, a partir do que acredita ter sido o primeiro encontro do europeu com o *Outro*. Mais que isso, inspira um debate sobre o termo (e o sentido que carrega) “descobrimento”. O descobrimento da América é exortado e festejado como se os povos avistados por Colombo não existissem, não tivessem sua cultura ou história próprias. Daí sua provocação a partir do próprio título da obra: conquista, em vez de descobrimento. Bom lembrar que o feito de Cabral também é comemorado como o “descobrimento do Brasil” e, não por acaso, em sua crítica à colonização, Darcy Ribeiro (1995) ironicamente grafou sobre o fato como o “achamento do Brasil”.

O paradigma da *descoberta* tornou-se pretexto e justificativa para a ocupação, a exploração e a dominação não só das terras, mas dos corpos dos povos da América — a *conquista*. O pensador peruano Anibal Quijano frisa que o encontro do europeu com os americanos configurou o capitalismo colonial/moderno como um novo padrão de poder mundial. “Um dos eixos fundamentais desse padrão de poder é a classificação social da população mundial de acordo com a ideia de raça, uma construção mental que expressa a experiência básica de dominação colonial” (QUIJANO, 2005, n.p.).

Para o autor, a América constituiu-se como o primeiro espaço/tempo de um padrão de *poder* de vocação mundial — a primeira identidade da modernidade. Tal identidade advém de dois eixos fundamentais: a) a codificação das diferenças entre conquistadores e conquistados (raça), que supunha ao colonizado uma situação de inferioridade com relação a outros; e b) a articulação de todas as formas históricas de

⁴ Porque também supõe a forte influência de correntes de pensamento norte-americano.

controle do trabalho, de seus recursos e produtos, em torno do capital e do mercado mundial. Com isso, a ideia de raça, como uma categoria mental, estabeleceu hierarquias, lugares e papéis sociais correspondentes, que legitimou noções e práticas de relações de superioridade/ inferioridade entre dominantes e dominados. Ao implantar uma estrutura de servidão, como controle do trabalho e de seus produtos, a Europa e o europeu se instalaram no centro do mundo capitalista (QUIJANO, 2005, n.p.).

Na mesma linha de raciocínio, Nelson Maldonado-Torres também evidencia esta colonialidade do *poder* denunciada pelo colega peruano. Em sua *Análítica da colonialidade*, argumenta que a modernidade operou uma revolução nos sentidos ontológico (poder), ético (ser) e epistemológico (saber) (MALDONADO-TORRES, 2018, n.p.). Evidentemente, estes três aspectos são imbricados, inter-relacionados.

Para o pensador porto-riquenho, o paradigma da “descoberta”, já mencionado, representa uma catástrofe metafísica que inclui o colapso massivo e radical da estrutura Eu-Outro de subjetividade e sociabilidade. Se os territórios indígenas são apresentados como “descobertos”, a colonização é representada como um veículo de civilização, e a escravidão é interpretada como um meio de ajudar o *primitivo* e *sub-humano* a se tornar disciplinado. Por uma lógica global de desumanização, a colonialidade moderna inspirou uma cadeia de seres, um dualismo maniqueísta pelo qual o colonizador é identificado como bom e justo e o colonizado como mal e violento (MALDONADO-TORRES, 2018, n.p.).

Por isso, o autor assevera que, para manter a ordem e a paz, o colonizador implantou um paradigma de guerra. “Primeiro vem a guerra brutal: mortos, corpos despedaçados, estuprados e mutilados, sujeitos subjugados, ancestrais desrespeitados, terras tomadas, rios de água viscosa e vermelha” (MALDONADO-TORRES, 2020, n.p.). Acrescenta que, ao colonizador, os ideais elevados de progresso, razão e civilização justificam a aventura (*ibid.*, 2020, n.p.). Uma aventura que traz como consequência a naturalização da violência.

Esta lógica de desumanização propiciou uma atmosfera para se formular compreensões equivocadas com relação a diferenças biológicas, como gênero e cor de pele, que culminaram em tratamentos desiguais ao longo da história contemporânea. No século XVIII, o sueco Carl Nilsson Linnæus denominou o *homo sapiens* — “*homo*” (gênero), e “*sapiens*” (espécie) — ou “homem sábio”. O biologista elencou características desse *homo sapiens* como a capacidade de raciocínio abstrato, linguagem, introspecção,

autoconsciência e racionalidade (LINNÆUS, 1735 *apud* FORATTINI, 2000). Mesmo acreditando partir do princípio de igualdade, Linnæus estabeleceu categorias para o *homo sapiens*, com generalizações tanto de aspectos físicos como de comportamento e traduzida em hierarquização: 1) Americano (*Homo sapiens americanus*): vermelho, mau temperamento, subjuguável; 2) Europeu (*europaeus*): branco, sério, forte; 3) Asiático (*asiaticus*): amarelo, melancólico, ganancioso; 4) Africano (*Homo sapiens afer*): preto, impassível, preguiçoso. E haveria ainda uma quinta categoria sem definição geográfica: a “Monstruosa” (*Homo sapiens monstrosus*), na qual incluía grupos como os patagônicos da América do Sul, *flatheads* canadenses e outros imaginados que não poderiam ser incluídos nas anteriores (LINNÆUS, 1735 *apud* SANTOS *et al.*, 2010).

O colapso radical da estrutura Eu-Outro de subjetividade e sociabilidade reduziu o ser colonizado ao *ser* primitivo, selvagem, servil, ao *ser* destinado à dominação, exploração e, mesmo assim, deveria ser dócil e grato. Quijano lembra que os colonizadores encontraram na América um grande número de povos, cada qual com sua própria história, linguagem, produtos culturais, memória e identidade. São conhecidos os nomes dos mais desenvolvidos e sofisticados em suas épocas, como astecas, maias, chimus, aimarás, incas, chibchas. E trezentos anos mais tarde foram reduzidos a uma única identidade: *índios*. O mesmo sucedeu com os povos escravizados trazidos da África, como os achantes, iorubas, zulus, congos, becongos. No lapso de três séculos, não passam de, simplesmente, *negros*. Todos foram despojados de suas próprias singulares e identidades históricas (QUIJANO, 2005, n.p.). Vale lembrar que em nosso país, conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010)⁵, há registro de 305 etnias entre os povos originários. Dessa pluralidade e singularidades, em tantos ambientes são homogeneizados como *índios*.

A colonialidade do *poder* e do *ser* aliam-se à colonialidade do *saber*. Implica um padrão cognitivo, uma perspectiva de conhecimento pela qual o não-europeu era o passado e, desse modo, inferior, sempre primitivo (QUIJANO, 2005, n.p.). Nesse sentido, Santos (2010) acentua que a ciência moderna adquiriu o status de modelo único de conhecimento, que representou um combate ideológico contra o irracionalismo — um desprezo a qualquer outra forma de saber. Munidos dos instrumentos dessa ciência moderna (metodologia e objetividade), o europeu considerava que o sujeito colonizado —

⁵ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Censo Demográfico 2010. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em: 21 de junho de 2023.

o *condenado da terra*, como dizia Frantz Fanon (2022) — era localizado fora do espaço e do tempo humano. Não poderiam assumir a posição de produtores de conhecimento por não terem objetividade (MALDONADO-TORRES, 2018, n.p.).

Por essas razões, o autor porto-riquenho, em diálogo com Fanon, assegura que “a colonialidade do poder, do ser e do saber objetiva manter os condenados em seus lugares, fixos, como se eles estivessem no inferno. Esse é o inferno em relação ao qual o céu e a salvação do civilizado são concebidos e sobre os quais ele está acoplado” (MALDONADO-TORRES, 2018, n.p.).

Retomando os dois episódios destacados no início deste texto, temos a noção perturbadora do peso da colonialidade em nosso país. Mais de cinco séculos após o “achamento do Brasil”, os reflexos da colonialidade do *poder*, do *ser* e do *saber* vigoram em nossa sociedade, “liberta” do colonizador (descolonizada), porém não decolonizada. Os dois personagens são pessoas empobrecidas, negras, que foram agredidas com violência, sem condições de reação. Deveriam ser dóceis e gratas?

Por quê? Ao recorrer a Jahn (2000), Maldonado-Torres argumenta que “a descoberta das Américas envolveu um colapso do edifício da intersubjetividade e da alteridade e uma distorção do significado de humanidade” (JAHN *apud* MALDONADO-TORRES, 2018, n.p.). Na *Analítica* realizada pelo porto-riquenho, esta lógica de desumanização, que se tornou global, foi capaz de existir até mesmo na ausência das colônias formais. Na mesma mirada, Anibal Quijano assegura que “o eurocentrismo não é exclusivamente a perspectiva dos europeus, ou apenas dos dominantes do capitalismo mundial, mas também dos educados sob a sua hegemonia” (QUIJANO, 2010, p. 75). Em palavras mais diretas, nossa sociedade — formada por este pensamento hegemônico — mantém vários dos mecanismos de *poder*, de *ser* e de *saber* impostos pelos colonizadores.

Ainda que a sociedade brasileira tenha avançado para alcançar um melhor nível de dignidade humana, especialmente com a Constituição Federal de 1988, as ameaças de retrocessos são incessantes. Os quatro anos de um governo de extrema-direita são exemplo de intimidações e destruição de políticas públicas. Nesse período, não foram demarcados territórios destinados aos povos originários, como também houve descaso em questões sanitárias, no desmatamento, exploração da mineração em territórios indígenas, na violência contra as populações minorizadas, entre tantas outras questões cruciais.

Por estas razões, nos parece imperioso investir no que pensadores latino-americanos têm chamado de “giro decolonial”. Por meio de dez teses, Maldonado-Torres expressa alternativas para superar a descolonização para alcançar a decolonização. Entre as várias recomendações, quero salientar a emergência da transformação radical do saber, do ser e do poder. “A identidade e a atividade humana (subjetividade) produzem e se desenvolvem dentro de contextos que têm funcionamentos precisos de poder, noções de ser e concepções de conhecimento” (MALDONADO-TORRES, 2018, n.p.). Por isso mesmo, é relevante refletir sobre o sentido dos conceitos e a qualidade da experiência vivida (ser), sobre o que constitui o conhecimento ou pontos de vista válidos (saber) e sobre o que representa a ordem econômica e política (poder). Para o autor, um projeto decolonial requer atitude do colonizado como pensador, criador e ativista. Também exige a formação de comunidades que se juntem à luta pela decolonização como projeto inacabado (*ibid.*, 2018, n.p.).

Portanto, este giro decolonial deve abarcar muitos segmentos da sociedade, inclusive o Jornalismo e os jornalistas. Para tanto, antes convém examinar alguns postulados que têm regido o jornalismo para buscar uma melhor compreensão.

Desconstruir para compreender

O jornalismo como o conhecemos, pode ser entendido como produto e produtor da modernidade. Ao mesmo tempo que o movimento modernista proporcionou condições materiais para o seu desenvolvimento, a imprensa — e seu produto, o jornalismo — impulsionou a modernidade. As bases dos modelos em prática foram estabelecidas desde o século XVII, mas se institucionalizou como *imprensa* no século XIX, quando se transformou em empresa de comunicação. Ao assimilar uma perspectiva cartesiana, que entende o conhecimento como *universal, neutro, objetivo* e, portanto, ao alcance da *razão*, o jornalismo incorporou métodos e procedimentos análogos à ciência. Como sublinha Cremilda Medina, essa configuração aconteceu sob a predominância do pensamento positivista, e tais princípios operaram tanto nas práticas científicas como nos fazeres comunicacionais (MEDINA, 2008).

As tecnologias e os efeitos da globalização proporcionam mudanças com novas plataformas de informação ou nos modos de negócios, mas os modelos jornalísticos, em sua essência, persistem. Portanto, quando menciono modelos jornalísticos, refiro-me à

chamada “imprensa de referência”. Segundo Márcia Franz Amaral, esta desenvolveu-se a partir de uma matriz racional iluminista, especialmente de corte liberal. Conforme interpreta a autora, por esta raiz liberal, o jornal seria o órgão de informação e expressão da classe política, cujo objeto central seria a coisa pública, o que interessa ao cidadão (AMARAL, 2004, 2005).

Neste cenário, o jornalismo inspirou algumas finalidades para descrever a realidade social. Pela corrente europeia, especialmente dos países mediterrânicos, a atividade orienta socialmente o público visando a formação da opinião (HUDEC, 1980). Já a corrente norte-americana advém dos ideais de imprensa livre e direito à informação, inspirados pelos jornais políticos londrinos do século XVIII (KOVACH; ROSENSTIEL, 2004). Estes preceitos têm guiado o fazer jornalístico e convergem com as reflexões do norte-americano Robert Merton (1970), que apontam a preocupação com a *formação de opinião*, identificada com a sociologia do conhecimento, da tradição europeia; e o *direito à informação*, associado à sociologia da opinião e da comunicação de massa, da tradição estadunidense. Seja por um ou outro caminho, estas finalidades ajudaram a forjar o fazer jornalístico na maioria dos países industrializados, inclusive no Brasil. Em momentos distintos, nossa imprensa recebeu influências dos dois sistemas constituídos no norte global.

A metodologia e a objetividade, supostamente exclusiva do europeu, como citou Maldonado-Torres, decorre da crença dos modernistas de que seria necessário reduzir os fatos sociais às suas dimensões externas, observáveis e mensuráveis. A relação sujeito/objeto, que demarca a ciência moderna, sugere o distanciamento entre o sujeito observador e o objeto observado — herança de Descartes. A crença dos cientistas era de que esse cuidado evitaria a interferência do pesquisador no objeto a ser conhecido. Daí surgir o termo e a noção de *objetividade* como método e postulado consagrado pelo pensamento moderno. Conjugados a este princípio, alegadamente, a investigação alcançaria imparcialidade e neutralidade (SANTOS, 2010). A objetividade jornalística decorre dessa mesma visada, que supõe nesta postura a garantia de alcançar verdade, neutralidade, imparcialidade.

Tais postulados, evidentemente, não podem ser desprezados, mas devem ser problematizados. Para Medina (2008), a contribuição pragmática desses preceitos é incontestável. Ao questionar como seriam as notícias se encontrássemos na mídia apenas discursos abstratos, opiniões difusas, argumentos imprecisos, a autora enfatiza:

A reportagem jornalística recupera a experiência humana e traz a cena viva em contraponto à abstração das ideias ou a vã erudição. Ao se firmar no terreno do fenômeno imediato, ao reunir dados precisos, ao se aproximar no tempo e no espaço do real concreto, o jornalismo expressa uma forma de conhecimento da atualidade (MEDINA, 2008, p. 26).

Ao caminhar por estas pistas, podemos inferir que o jornalismo adquire a potência de cumprir um de seus compromissos mais relevantes: a busca da verdade. Tal compromisso se tornou princípio deontológico e está expresso em códigos da categoria do Brasil e de vários países. Wilson Gomes realça que “o jornalismo não apenas assume com o consumidor de notícias a obrigação de ser veraz, mas também o compromisso de usar todos os recursos possíveis para evitar o engano e o erro” (GOMES, 2009, p. 11). O autor, no entanto, ressalva a importância de não se deixar levar por um realismo ingênuo.

Do acontecimento ao fato há caminhos complexos para se chegar a uma notícia. Há a participação de pessoas — as que são foco das ações, as entrevistadas, as que fazem declarações, as que fornecem dados e as que organizam informações. Há pessoas e organismos que fazem a mediação deste processo, com seus métodos, suas rotinas, seus pontos de vista. A retórica jornalística recorre a abordagens, enquadramentos — seleção e saliência de aspectos da realidade pelo jornalista na sua observação de mundo. O narrador explora intencionalmente recursos linguísticos e extralinguísticos para produzir efeitos de real. Portanto, como costuma ressaltar Luiz Gonzaga Motta, “quem narra tem sempre um propósito ao narrar: nenhuma narrativa é ingênuo, muito menos a narrativa jornalística” (MOTTA, 2008, p. 155). Por isso mesmo, podemos inferir que a objetividade, enquanto método, propicia sim a potência para a produção de relatos verazes, notícias como versões verossímeis da realidade, mas não necessariamente revelam a verdade. Por outro lado, se toda narrativa carrega propósitos e intenções, devemos ponderar que não é possível a *neutralidade* exortada e exaltada por várias empresas de comunicação.

Cabe ainda debater um aspecto fundamental sobre a objetividade. Assimilada da ciência moderna, a questão da objetividade causa alguns mal-entendidos nas rotinas jornalísticas. No senso comum das salas de redação (e de algumas salas de aula), é entendida como antônimo da subjetividade. O suposto distanciamento entre o jornalista-observador e o fato-objeto observado não impede que pontos de vista, história, formação, orientação da linha editorial, entre outros fatores, interfiram na produção da notícia. Sobre esse aspecto, Adelmo Genro Filho esclarece que o jornalismo faz a mediação dos significados e da cultura como conteúdos interiorizados na subjetividade dos indivíduos.

Elabora uma representação cujo aspecto singular é arbitrário, projetado soberanamente pela subjetividade do autor. Para o pensador gaúcho, o processo de significação produzido pelo jornalismo se dá por duas variáveis: 1) as relações objetivas do evento e; 2) as relações e significações que são constituídas na sua produção e comunicação (GENRO FILHO, 2012, p. 61).

Concordando com o autor, devo esclarecer, portanto, que considero subjetividade por uma perspectiva sócio-histórica. Para Leontiev (1983), subjetividade é uma propriedade do sujeito ativo, um fator que torna o sujeito único, singular. Cada jornalista dispõe da sua subjetividade, como cada personagem, entrevistado, qualquer grupo social envolvido em sua reportagem carrega a sua subjetividade. O jornalista, em sua rotina, deverá contar com a objetividade para a melhor apuração possível, e deverá contar com a sua subjetividade para compreender e respeitar a subjetividade do Outro — um jogo de intersubjetividades.

Decolonizar o pensamento...

... para decolonizar os fazeres

Na introdução deste texto, expressei algumas preocupações por meio de indagações: Como pensa um jornalista? Como lê uma pauta? O que leva em conta no trabalho de apuração, escolha de fontes, seleção de dados, argumentos, para então redigir? A partir desta — as demais são decorrentes — vamos observar algumas matérias jornalísticas que poderão ilustrar minhas inquietudes iniciais.

Desde os anos 1990, tenho lançado o olhar para as narrativas jornalísticas no esforço para compreender o que poderia constituir um jornalismo humanizado. Como já escrevi anteriormente, entendo como jornalismo humanizado aquele em que o ser humano seja o ponto de partida e de chegada. Para tanto, o jornalista, em sua relação com o mundo, por um processo de reflexão constante e um esforço para amadurecimento, procura esvaziar-se de preconceitos de modo a captar, ver e enxergar, ouvir e escutar, questionar e sentir. Recorre a uma racionalidade criativa, mas também a uma emoção solidária, assumindo uma postura de humildade para sentir as dores do mundo (DINES, 2009), de empatia, de solidariedade às dores do Outro (MEDINA, 1998). Assim, seu trabalho procura respeitar as diferenças de qualquer natureza, empenha-se para evitar prejulgamentos, preconceitos e estereótipos. Sua narrativa pode adquirir

caráter emancipatório, pois, de forma humanizada, seu ato é humanizador (IJUIM, 2012, 2017).

Nessa trajetória, imaginava encontrar boas reportagens que ilustrassem os caminhos para as narrativas humanizadas — e humanizadoras. Deparei-me, no entanto, com textos como este:

Cíntia Nascimento Silva cobra R\$ 15 pelos 110 quilos de gordura espalhados por um corpo flácido e um rosto melancólico. Espreme-se com seus clientes num quatinho de dois metros quadrados na Casa das Delícias. É analfabeta, nascida no interior, faz o que faz para sustentar a filha de nove anos, sua razão de viver (Especial Filhos da Mãe. Correio Braziliense. Brasília, 31 ago. 2005).

No caderno especial que tinha o propósito de apresentar um retrato da situação dos filhos de trabalhadoras do sexo no centro-oeste brasileiro, acabou por produzir um discurso infeliz que discrimina, reafirma estereótipos e reforça estigmas. A matéria, tecnicamente, é bem escrita; recorre a figuras retóricas, descreve a personagem e o ambiente, situa o leitor no tempo e no espaço — efeitos de real e efeitos poéticos. Observação objetiva que resultou num texto objetivo. Mas a carga de preconceito no olhar e no expressar é inegável. Quem é Cintia Nascimento da Silva? Uma *Homo sapiens monstrosus* da classificação de Linnæus? Repórter e editores tiveram com o Outro-Cintia uma relação “eu-isso”, não uma relação “eu-tu”, como nos ensina Martin Buber (1977). Enfim, exemplos como este me fizeram acreditar que “ter uma boa pena” — como costumam dizer os portugueses — não é suficiente se não houver respeito à dignidade humana. Desumaniza a personagem e desumaniza o jornalismo.

Em sua dissertação, Moema Guedes Urquiza (2017) discorre sobre o lugar do Outro na narrativa jornalística. Ao examinar o tratamento atribuído às comunidades indígenas diante dos conflitos de terras, em Mato Grosso do Sul, identificou o tom e as intencionalidades das narrativas sobre o tema. Sobre a reportagem *Índios invadem mais 12 fazendas e criam novo foco de tensão no Estado*, por exemplo, constata que a construção da chamada, as palavras escolhidas são formas acusatórias de que são eles — os indígenas — os responsáveis pelo clima de tensão que vive o Estado. Em sua análise,

Na raiz da palavra “invadem”/invasão, estão ideias como “ataque”, “assalto”, “tomada agressiva/à força”. Da mesma forma, a ideia de “tensão” remete para “crise”, “conflito”, “intensidade”. Pois bem: se invadem mais 12 fazendas, a consequência será a criação de um novo foco de tensão. O título da reportagem conseguiu, numa só frase, responsabilizar os indígenas por todo um passado de crises, tensões, ataques, assaltos, violências na disputa pela terra em Mato Grosso do Sul (URQUIZA, 2017).

Além de observar essa postura acusatória da imprensa regional para demarcar o “lugar do indígena”, a pesquisadora evidenciou, com apoio de Martin-Barbero (1997), o processo de enculturação e de silenciamento das diferenças. Em outros termos: o ato de silenciar e censurar as culturas populares em nome de uma unidade — a ordem, a normalidade estabelecida.

Ora, a postura de setores conservadores da imprensa no embate entre indígenas e ruralistas, via de regra, tem sido de naturalizar o lugar do *condenado da terra* — fixos, como se estivessem no inferno (FANON, 2022). A objetividade jornalística, nesses casos, rende-se ao que venho chamando de critério de noticiabilidade da “ordem e progresso”⁶. Ou seja, os interesses financeiros de uma elite política e econômica se sobrepõem ao direito à dignidade humana.

O pesquisador Marivaldo Silva Lima, em sua dissertação, investigou os conflitos causados pela instalação da base de lançamento de foguetes em Alcântara (MA), na década de 1980. Mais especificamente, seu recorte foi a cobertura jornalística após a assinatura do Acordo de Salvaguardas Tecnológicas (AST) entre EUA e Brasil, em 2019, em pleno governo Bolsonaro. A região foi historicamente ocupada por comunidades quilombolas, nem todas com títulos de propriedade homologados. Para a instalação da base, várias comunidades foram realocadas de forma compulsória para outras áreas, o que causou transtornos no modo de vida, além da desmobilização daqueles grupos sociais. Com a assinatura do “acordo”, o projeto previa a ampliação da base e, como consequência, a realocação de mais famílias para outras terras.

Ao analisar a cobertura sobre a assinatura do acordo, encontrou três principais linhas de enquadramento: econômico, político e social. O foco da abordagem econômica foi o destaque para as altas cifras que o país deve arrecadar com a abertura da base para exploração dos EUA e outros países. No aspecto político, a ênfase mais recorrente foi o

⁶ Mais que o dístico da bandeira nacional, refiro-me ao lema positivista que defende a ideia de que a história tem sentido e direção únicos e conhecidos - modernização, desenvolvimento, crescimento.

fortalecimento das relações do Brasil com o país norte-americano. No campo social, uma pequena quantidade do material analisado referiu-se aos conflitos causados pela implantação e pela ampliação da Base de Alcântara, na maioria das vezes de maneira superficial. Em todas as situações, as vozes de quilombolas ou seus representantes foram pouco ouvidas. Tampouco a contextualização sobre seus modos de vida, suas culturas, suas visões de mundo.

Em conclusão, os jornais apresentaram abordagens quase sempre pela exaltação de aspectos econômicos e políticos em detrimento de argumentos sociais. Por outro lado, não contestaram os argumentos centrais dessas construções discursivas. Em outros termos, a mídia impressa *mainstream* executa uma cobertura de viés governamentista que empobrece o debate público sobre o tema e contribui significativamente para a invisibilidade quilombola.

Mais uma vez, pode-se observar a primazia da objetividade jornalística em prol do desenvolvimentismo e em desfavor de populações subalternizadas. Uma objetividade “seletiva” que não percebe as subjetividades de populações que têm história, cultura, direitos. Direito à dignidade humana. Neste caso, são comunidades *condenadas da terra* duas vezes: seus antepassados já foram aviltados ao serem escravizados e trazidos ao país como “produtos comercializáveis”; refugiados e reorganizados em quilombos, agora são realocados compulsoriamente ao bel prazer dos interesses políticos e econômicos.

Nestes três cenários aqui apresentados, repórteres e editores são responsáveis pela formulação das pautas, pela escolha das fontes, pela seleção de dados, pela adoção de abordagens, pela redação e publicação de material jornalístico. O que os leva a assumir essa postura preconceituosa, que não reconhece e despreza o Outro, que se omite diante de conflitos sociais? O fazer é consequência do pensar e, se é assim, para decolonizar o fazer jornalístico, há que se decolonizar o pensamento. Há saídas?

Possibilidades para decolonizar o Jornalismo

Decolonizar o pensamento jornalístico — e do jornalista — requer um postura diante do mundo, uma atitude. Por isso, convém retomar um pensamento potente de Maldonado-Torres já apontado anteriormente: um projeto decolonial requer atitude do colonizado (condenado) como pensador, criador e ativista. Também exige a formação de

comunidades que se juntem à luta pela decolonização como projeto inacabado (MALDONADO-TORRES, 2018, n.p.).

Sim, atitude como pensador, criador e ativista. Em seus textos sobre as Narrativas da contemporaneidade, desde o final dos anos 1990, a pesquisadora Cremilda Medina assinala que, em sua rotina, o comunicador se depara com três desafios: *técnico*, *ético* e *estético*. Em meus esforços para interpretar esta argumentação, tenho afirmado: pela dimensão *técnica*, temos a busca do aperfeiçoamento das narrativas e os recursos tecnológicos como meios que podem levar à melhor apuração e precisão. Pelas técnicas, cada vez mais aprimoradas, o comunicador desenvolve sua capacidade de expressão e de compreensão dos fenômenos sociais complexos. No sentido *ético* — a âncora do fazer jornalístico — encontramos o campo que permite a elevação do nível de consciência e a ampliação da visão de mundo. Do ponto de vista *estético*, associado ao sensível, nos é exigida a sintonia e a cumplicidade às dores do Outro — solidariedade.

Com essa reflexão sempre presente, deparei-me com apontamentos relevantes de Gislene Silva (2005) sobre os critérios de noticiabilidade — instrumento e estratégia consagrados nas salas de redação. Ao estabelecer instâncias ou conjuntos diferenciados de critérios de noticiabilidade, a autora aponta um em particular que chama a atenção:

[...] visão dos fatos, a partir de *fundamentos éticos, filosóficos e epistemológicos do jornalismo*, compreendendo conceitos de verdade, objetividade, interesse público, imparcialidade que orientam inclusive as ações e intenções (SILVA, 2005, p. 96, grifos meus).

Ao empreender no amadurecimento desta ideia-chave, cheguei ao que estou chamando de *componente ético-epistemológico*. *Ética* enquanto reflexão permanente que permita a elevação da consciência e a ampliação da visão de mundo; e, se concordarmos que o jornalismo é uma forma social de conhecimento (PARK, 2008; MEDITSCH, 1992), *epistemológico* nos remete ao que, como e para que conhecemos (BOMBASSARO, 1992). Este componente ético-epistemológico estipula o que visualizamos como pauta e como a lemos, assim como quais são as fontes, que perguntas fazemos a elas, quais conhecimentos produzimos em nossas notícias. Este componente ético-epistemológico, inerente a cada profissional, precisa ser decolonizado de modo a nos fazer reconhecer, perceber e incorporar as múltiplas possibilidades de pensar e fazer jornalismo. Esta ideia-chave não está pronta e talvez seja interessante que a vejamos como um projeto

inacabado, porque estará sempre em movimento, em aperfeiçoamento. Mas tenho, desde já, algumas pistas a seguir:

Objetividade – O postulado consagrado pela ciência e pelo jornalismo não pode ser descartado, mas a objetividade não pode ser excludente, como bem explicita Fabiana Moraes (2022). As abordagens, os enquadramentos jornalísticos não podem contribuir para a naturalização das diferenças, das hierarquias de humanidades, da violência, da morte. Por esta razão, um jornalismo de subjetividade, como nomeia a própria autora, supõe olhares com a interseccionalidade que a vida real nos exige. Ver, reconhecer, respeitar e se comunicar com o Outro, o diferente.

Pensar e agir – A atitude de pensar nos induz a revisitar Paulo Freire. A capacidade de agir e refletir, um dos pontos primordiais da dialética marxista, implica a consciência do ser de não apenas estar *no* mundo, mas estar *com* o mundo. “É preciso que seja capaz de, estando no mundo, saber-se nele” (FREIRE, 1983, p. 16). Esta capacidade de reflexão pode levar a um real compromisso do profissional com a sociedade.

Empatia – Como uma disposição de colocar-se no lugar do Outro e poder caminhar para a solidariedade. Para tanto, há que se reconhecer e se comunicar com cada pessoa, numa relação de EU-TU e não EU-ISSO (BUBER, 1977). Este reconhecimento não deve ser somente pelas igualdades, mas também pelas diferenças. “Temos o direito de ser iguais quando a diferença nos inferioriza. Temos o direito de ser diferentes quando a igualdade nos descaracteriza” (SANTOS, 1995).

Ativismo – O ativismo sugerido por Maldonado-Torres também é defendido por Moraes (2022) como a necessidade de um jornalismo posicionado — nenhuma narrativa é ingênua. Para pensar em um jornalismo posicionado, mais uma vez recorro a Paulo Freire, em seu texto primoroso sobre o Compromisso do profissional com a sociedade: “O compromisso, próprio da existência humana, só existe no engajamento com a realidade, de cujas ‘águas’ os homens verdadeiramente comprometidos ficam ‘molhados’, ensopados” (FREIRE, 1983, p. 19).

Tal engajamento, que é um ato corajoso, decidido e consciente, o impede que seja neutro. E complementa o autor: “A neutralidade frente ao mundo, frente ao histórico, frente

aos valores, reflete apenas o medo que se tem de revelar o compromisso... o verdadeiro compromisso é a solidariedade” (FREIRE, 1983, p. 19).

Como já assinali, estas são algumas pistas, algumas frentes que podem e devem ser exploradas. Como um projeto inacabado, merece aprofundamento em futuras oportunidades. Por fim, vale mencionar o pensamento de Erik Torrico Vilanueva (2022), que defende a decolonização da comunicação por um duplo movimento: no por um lado, liberá-lo conceitualmente, já que a ideia predominante ainda é reduzida à transmissão de fatos, mediado por tecnologias; por outro, recuperar na prática e no sentido mais amplo a sua dimensão dialógica, democratizante e humanizadora.

Referências

- AMARAL, M. F. **Lugares de fala do leitor no Diário Gaúcho**. 2004. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação) – UFRGS, Porto Alegre, 2004. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/6253>. Acesso em: 7 jun. 2023.
- AMARAL, M. F. Lugares de fala do leitor no Diário Gaúcho. **Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (E-Compós)**. Agosto de 2005 – 24, pp. 1-24. Disponível em: <https://www.e-compos.org.br/e-compos/article/view/44/44>. Acesso em: 7 jun. 2023.
- BOMBASSARO, L. C. **As fronteiras da epistemologia**: como se produz o conhecimento. 3 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1992.
- BUBER, M. **Eu e tu**. Trad. Newton Aquiles Von Zuben. São Paulo: Cortez e Moraes, 1977.
- CORREIO BRAZILIENSE. Especial Filhos da Mãe, Brasília, 31 ago. 2005.
- DINES, A. **O papel do jornal**: e a profissão de jornalista. 9 ed. São Paulo: Summus, 2009.
- FANON, F. **Os condenados da terra**. Trad. Lígia Fonseca Ferreira e Regina Salgado Campos. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.
- FORATTINI, O. P. **O ser e ser humano**. São Paulo: Edusp, 2000.
- FREIRE, P. O Compromisso do profissional com a sociedade. In: FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. 10.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- GENRO FILHO, A. **O segredo da pirâmide**: Para uma teoria marxista do jornalismo. Florianópolis: Insular, 2012.
- GOMES, W. **Jornalismo, fatos e interesses**: ensaios de teoria do jornalismo. Florianópolis: Insular, 2009.

HUDEEC, V. **O que é jornalismo?** Lisboa: Editorial Caminho, 1980.

IJUIM, J. K. Humanização e desumanização no jornalismo: algumas saídas. **Revista Comunicação Midiática**, v.7, n.2, p.117-137, maio/ago. 2012. Disponível em: <https://bit.ly/3CGsKXp>. Acesso em: 7 jun. 2023.

IJUIM, J. K. Por que humanizar o jornalismo (?). **Verso e Reverso**, 31 (78): 235-243, setembro-dezembro 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3qYYTqI>. Acesso em 7 jun 2023.

KOVACH, B.; ROSENSTIEL, T. **Os elementos do jornalismo: o que os jornalistas devem saber e o público exigir**. 2 ed. São Paulo: Geração Editorial, 2004.

LEONTIEV, A. **Actividade, conciencia e personalidad**. Habana: Pueblo e Educación, 1983.

LIMA, M. S. **Alcântara vai para o espaço: o discurso da mídia jornalística impressa sobre os conflitos entre comunidades quilombolas e a base de lançamento de foguetes em Alcântara – Maranhão**. 2020. Dissertação. (Programa de Pós-Graduação em Jornalismo) – Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, Florianópolis/SC, 2020. Disponível em: <https://tede.ufsc.br/teses/PJOR0157-D.pdf> . Acesso em: 9 mai. 2023.

MALDONADO-TORRES, N. Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. In: BERNARDINO-COSTA, J.; MALDONADO-TORRES, N.; GROSFUGUEL, R. (org.). **Decolonialidade e pensamento adrodiaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.

MALDONADO-TORRES, N. Apuntes sobre la colonialidad de la paz. **Fundación Frantz Fanon**. 4 de junio de 2020. Disponível em: <https://fondation-frantzfanon.com/notes-on-the-coloniality-of-peace/> Acesso em: 6 mai. 2023.

MEDINA, C. **Ciência e jornalismo: da herança positivista ao diálogo dos afetos**. São Paulo: Summus, 2008.

MEDINA, C. Narrativas do humano ser. in: MEDINA, C.; GRECO, M. (org.) **Planeta inquieto: Direito ao século XXI**. São Paulo: ECA/USP, 1998, p. 193-199.

MEDITSCH, E. **O conhecimento do jornalismo**. Florianópolis: Eufsc, 1992.

MERTON, R. K. **Sociologia, teoria e estrutura**. São Paulo: Ed. Mestre Jou, 1970.

MORAES, F. **A pauta é uma arma de combate: Subjetividade, prática reflexiva e posicionamento para superar um jornalismo que desumaniza**. Porto Alegre: Arquipélago, 2022.

MOTTA, L. G. Análise da narrativa jornalística. In: LAGO, C.; BENETTI, C. (org.). **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

PARK, R. A notícia como forma de conhecimento: Um capítulo dentro da sociologia do conhecimento. In: BERGER, C.; MAROCCO, B. (org.). **A era glacial do jornalismo**: Teorias sociais da imprensa. Porto Alegre: Sulina, 2008.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. (org.). **Epistemologias do sul**. 2. ed. Coimbra: Almedina, 2010.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Colección Sur Sur, CLACSO, Buenos Aires. setembro 2005. pp. 227-278. Disponível em: <https://bit.ly/3XkFJHN>. Acesso em: 4 mai. 2023.

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro**: A formação e o sentido do Brasil. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SANTOS, B.S. **A construção multicultural da igualdade e da diferença**. Oficina CES nº 35. Coimbra: Centro de Estudos Sociais. Janeiro, 1995. Disponível em: <http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/135/135.pdf> . Acesso em 11 mai. 2023.

SANTOS, B.S. **Um discurso sobre as ciências**. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, D. J. S. *et al.* Raça versus etnia: diferenciar para melhor aplicar. **Dental Press J Orthod**, Maringá, v.15, n.3, p.124-4, maio-jun., 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/dpjo/v15n3/15.pdf>. Acesso em: 5 mai. 2023.

SILVA, G. Para pensar os critérios de noticiabilidade. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, Florianópolis, v. 2, n. 1, p. 96-107, jan./jun. 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/2091> . Acesso em: 11 mai. 2023.

TODOROV, T. **A conquista da América**: a questão do outro. Trad. Beatriz Perrone Moisés. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

TORRICO VILLANUEVA, E. **Comunicación (re)humanizadora**: Ruta decolonial. Quito: Ediciones Ciespal, 2022.

URQUIZA, M. G. O lugar do Outro na narrativa jornalística. 2017. 81 páginas. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande. Disponível em: <https://repositorio.ufms.br/handle/123456789/3199>. Acesso em: 21 jun. 2023.

Submissão: 17 de mai. 2023

Aceite: 13 de jun. 2023.